



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

EDITAL Nº	001/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N.º	001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º	008/2024

A Câmara Municipal de Cabreúva, com endereço à Avenida Major Antônio da Silveira, 395, Centro, em Cabreúva – SP - CEP 13.315-000, CNPJ 50.810.498/0001-26, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento de todos os interessados, a abertura de procedimento de licitação, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2024, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 008/2024, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA MÁQUINAS DE CAFÉ E BEBIDAS QUENTES LOCADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA, com previsão de entregas parceladas, conforme especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital, que será regida pela Lei Federal nº. 14.133/2021 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e **serão encaminhadas por meio eletrônico**, no endereço www.bbmnetlicitacoes.com.br.

O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

CADASTRO DE PROPOSTAS INICIAIS ATÉ: 10/05/2024 ATÉ AS 08:59 HORAS.

LOCAL: www.bbmnetlicitacoes.com.br



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

**ABERTURA DE PROPOSTAS INICIAIS E INÍCIO DE SESSÃO PÚBLICA:
10/05/2024 AS 09:00 HORAS**

O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do sistema de Pregão Eletrônico (Licitações) da Bolsa Brasileira de Mercadorias.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Os trabalhos serão conduzidos por **KELLY CRISTINA PINHEIRO**, funcionária da Câmara Municipal de Cabreúva, denominada Pregoeira, com o auxílio de **MARILANDE RODRIGUES DE SIQUEIRA MEDEIROS**, integrante da equipe de apoio, mediante inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica da Bolsa Brasileira de Mercadorias (www.bbmnetlicitacoes.com.br).

O presente edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no site www.bbmnetlicitacoes.com.br, podendo ser solicitados pelo e-mail: compras@camaracabreuva.sp.gov.br ou baixados no site da Câmara Municipal de Cabreúva:

<https://www.camaracabreuva.sp.gov.br/ContasPublicas/index/categorias:licitacoes-21/subcategorias:aberto-1/exercicio:2024>.

Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema BBMNET Licitações poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, informados no site www.bbmnetlicitacoes.com.br, de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 18h00 horas (horário de Brasília).

1. DO OBJETO

- 1.1. Tem por objeto o presente Edital de Pregão Eletrônico objetivando REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA MÁQUINAS DE CAFÉ E BEBIDAS QUENTES LOCADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA conforme as especificações e condições constantes do Termo de Referência – Anexo I, por um período de 12 (doze)



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

meses.

- 1.2. O objeto contratado poderá sofrer em decorrência da presente licitação, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões do valor inicial, nos termos do artigo 125 da Lei 14.133/2021.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar desta licitação qualquer firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos e sejam detentoras de senhas para participar de procedimentos eletrônicos junto à Bolsa Brasileira de Mercadorias.
- 2.2. O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, diretamente no site da Bolsa Brasileira de Mercadorias, até o horário fixado no Edital para inscrição e cadastramento.
- 2.3. A participação do Pregão está condicionada obrigatoriamente à inscrição e credenciamento do licitante, até o limite de horário previsto no Edital.
- 2.4. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do licitante, que pagará a Bolsa Brasileira de Mercadorias, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida/emitida pela entidade.
- 2.5. É vedada a participação de empresas em forma de consórcios ou grupos de empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal de Cabreúva.
- 2.6. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas que possuam nos seus quadros, funcionários ou servidores da Prefeitura do Município de Cabreúva e/ou desta Câmara, inclusive na condição de sócio ou dirigente, bem como as enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

- 2.6.1. Se encontrem sob falência, recuperação judicial, concurso de



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

credores, dissolução ou liquidação, salvo as que apresentarem o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor conforme determina a Súmula 50 do TCE/SP;

2.6.2. Impedidos de contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

2.6.3. Declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021, conforme determina a Súmula 51 do TCE/SP;

2.6.4. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. Cujo objeto social não seja compatível com objeto da contratação;

2.6.7. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, incluindo autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.6.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, nos termos dos Art. 14, IV, da Lei n. 14.133/2021 e;

2.6.9. Demais casos previstos no Art. 14 da Lei n. 14.133/2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

- 2.7. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 para fazer jus aos benefícios previstos nesta lei.

3. DO EDITAL

- 3.1. O presente Edital se submete integralmente ao disposto na Lei Complementar N° 123/06 atualizada pela Lei Complementar N° 147/14, atendendo o direito de tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

- 3.2. Compõem este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

ANEXO III – MODELO DECLARAÇÕES

ANEXO IV – FICHA TÉCNICA DESCRITIVA

ANEXO V – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4. DOS RECURSOS FINANCEIROS

- 4.1. A despesa correrá à conta de dotação própria do orçamento, notas de empenho e ordem de pagamento realizada na Tesouraria da Câmara Municipal de Cabreúva;
- 4.2. As despesas decorrentes da execução da presente licitação correrão pela seguinte dotação orçamentária: 01.02.01.031.7005.2039.339030.01.1100000 – MATERIAL DE CONSUMO;

5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 5.1. Para julgamento será adotado o critério de MENOR PREÇO GLOBAL,



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas no Anexo I – Termo de Referência.

6. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 6.1.** O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá em especial, as seguintes atribuições:
- 6.1.1.** Acompanhar os trabalhos de equipe de apoio;
 - 6.1.2.** Responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
 - 6.1.3.** Abrir as propostas de preços e analisar a aceitabilidade das propostas;
 - 6.1.4.** Desclassificar propostas indicando os motivos;
 - 6.1.5.** Conduzir os procedimentos relativos aos lances e a escolha da proposta do lance de menor preço;
 - 6.1.6.** Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
 - 6.1.7.** Declarar o vencedor;
 - 6.1.8.** Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
 - 6.1.9.** Elaborar a ata de sessão de abertura da licitação com o auxílio eletrônico;
 - 6.1.10.** Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
 - 6.1.11.** Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

7. DO CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BBMNet

- 7.1.** Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico www.bbmnetlicitacoes.com.br, acesso “credenciamento – licitantes (fornecedores)”.
- 7.2.** As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico www.bbmnetlicitacoes.com.br.

- 7.3.** Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema BBMNET Licitações poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, de segunda a sexta feira, das 8:00 as 18:00 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site www.bbmnetlicitacoes.com.br.
- 7.4.** A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços por meio do sistema eletrônico no sítio www.bbmnetlicitacoes.com.br, opção "Login", opção "Licitação Pública", "Sala de Negociação".
- 7.4.1.** As propostas de preço deverão ser encaminhadas eletronicamente até data e horário definidos, conforme indicação na primeira página deste Edital.
- 7.5.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.6.** Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.7.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após reagendamento/comunicação expressa aos participantes via "chat" do sistema eletrônico, onde será designado dia e hora para a continuidade da sessão.
- 7.8.** Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de lotes, o pregoeiro designará novo dia e horário para a



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

continuidade do certame.

- 7.9.** O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal “www.bbmnetlicitacoes.com.br”, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

8. DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 8.1.** O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico, Anexo IV, pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as suas propostas e lances.
- 8.2.** A proposta de preço deverá conter o seguinte elemento:
- 8.2.1.** Valor Estimado Total Mensal, com taxa de administração, em algarismos, expresso em moeda corrente nacional, apurado à data de sua apresentação, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, fretes e demais encargos incidentes, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a integral execução do objeto da presente licitação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- 8.2.2.** As propostas deverão ser apresentadas contemplando os quantitativos fixados, conforme o Anexo I (Termo de Referência), não sendo permitidas ofertas com quantitativo inferior;
- 8.3.** A validade da proposta constante em campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto (Anexo IV) será de 60 (sessenta) dias.
- 8.4.** A proposta de preço deverá ser enviada mediante digitação no sistema eletrônico, devendo, obrigatoriamente, ser também encaminhada a ficha técnica descritiva do objeto, conforme o modelo do Anexo IV, por meio de transferência eletrônica de arquivo (upload) ao sistema.



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

- 8.5.** O licitante deverá, em campo próprio da ficha descritiva do objeto, Anexo IV, informar a marca e a descrição completa do produto ofertado; a não inserção das especificações implicará na desclassificação da empresa, face a ausência de informação suficiente para análise e classificação da proposta.
- 8.6.** A inclusão de qualquer documento, diferente do modelo estabelecido neste Edital, acarretará a desclassificação do licitante.
- 8.7.** Por força da legislação vigente é vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1.** Os documentos relativos à HABILITAÇÃO estão relacionados no ANEXO II deste Edital e deverão ser inseridos na plataforma do BBMNET por todos os Licitantes.
- 9.2.** Os documentos relativos à habilitação, acompanhados da proposta escrita de preços, do licitante declarado VENCEDOR, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 03 (três) dias úteis em originais ou cópias autenticadas, para o seguinte endereço: Avenida Major Antônio da Silveira, 395, Centro, Cabreúva – SP - CEP 13.315-000.
 - 9.2.1.** Os licitantes que apresentarem os documentos solicitados no item 9.2 com assinatura digital, conforme Chaves Públicas Brasileira (ICP–BRASIL), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/01 e do art. 2º da Emenda Constitucional nº 32/01 estão desobrigados do envio dos documentos físicos.
- 9.3.** Após a conferência dos documentos e proposta enviados, se estiverem de acordo com o solicitado, será aberto o prazo para manifestação de intenção de interposição de recursos.
- 9.4.** O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos estabelecidos acarretará na desclassificação e/ou inabilitação do



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

licitante, bem como as sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

10.DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 10.1.** A partir do horário previsto no Edital e no sistema para cadastramento e encaminhamento da proposta inicial de preço, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas;
- 10.2.** Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário e valor.
- 10.3.** O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o item.
- 10.4.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 10.5.** Fica a critério do Pregoeiro a autorização da correção de lances digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.
- 10.6.** Após o credenciamento das propostas, durante a sessão de disputa de lances, não será aceito pedidos de desclassificação do licitante para o item alegando como motivo “erro de cotação” ou qualquer outro equívoco da mesma natureza. Após a sessão de disputa de lances, durante a fase de aceitação/habilitação não será aceito pedido de desclassificação do licitante aduzindo em sua defesa causas, razões ou circunstâncias que visivelmente só ocorreram por responsabilidade objetiva do licitante.
- 10.7.** As sanções previstas para os pedidos de desclassificação que ocasionarem o



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

retardamento da execução do objeto, ou que por outra razão não mantiver a proposta ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de 05 (cinco) anos conforme regram os artigos 155 e 156 da Lei N° 14.133/2021.

- 10.8.** Estarão excluídos da aplicação das penalidades do item 10.7, os fatos decorrentes de “caso fortuito” ou “força maior”. Na hipótese de incidência do caso é garantida a defesa prévia.
- 10.9.** Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 10.10.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 10.11.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica “chat” ou e-mail divulgando data e hora da reabertura da sessão.
- 10.12.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada por prorrogação automática, ou seja, se um participante oferecer lances nos últimos minutos, informando o “Dou-lhe uma”. Se ninguém der outro lance, o sistema informa “Dou-lhe duas”, em seguida a negociação é fechada. Entretanto, se algum licitante der um lance após o “Dou-lhe uma” ou “Dou-lhe duas”, o sistema é novamente reiniciado, assim como sua contagem. A negociação só é encerrada quando ninguém mais oferecer lances nos minutos finais. Iniciada a fase de fechamento de lances, os licitantes serão avisados via “chat”.
- 10.13.** O sistema informará a proposta de menor preço (ou melhor proposta) imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

caso, após negociação e decisão do Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

- 10.14.** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nesta etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.
- 10.15.** Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para contratação.
- 10.16.** A(s) Microempresa(s), Empresa(s) de Pequeno Porte ou Microempreendedores Individuais deverá(ão) declarar, no ato do envio de sua proposta no Sistema Eletrônico, em campo próprio do Sistema, que atendem os requisitos do Artigo 3º da Lei Complementar N° 123/06 para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei Complementar.
- 10.17.** Em atendimento ao disposto no Capítulo V da Lei Complementar N° 123/06 e alterações na Lei N° 147 de 07/08/2014, serão observados os seguintes procedimentos:
- 10.17.1.** Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertado por Microempresa, Empresa de Pequeno porte ou Microempreendedor individual e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por Microempresa, Empresa de Pequeno porte ou Microempreendedor Individual igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:
- a) A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor individual mais bem classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via “chat” de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

favor o objeto do pregão;

- b) No caso de empate de propostas apresentadas por Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedores Individuais que se enquadrem no limite estabelecido no subitem 10.17.1, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea “A”, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

10.17.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 10.17.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.

10.18. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

10.19. Ocorrendo a situação a que se referem os subitens 10.15 e 10.16 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido melhor preço.

10.20. Da sessão, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

10.21. Deverá ser emitida pelo sistema eletrônico de pregão a COV – Confirmação de Venda, contendo as qualificações e especificações técnicas detalhadas do sistema ofertado.

11. RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Divulgado o vencedor o Pregoeiro informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema.

11.2. Havendo interposição de recurso, o Pregoeiro, por mensagem lançada no



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

sistema, informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais com as razões de recurso, no prazo de **3 (três) dias** após o encerramento da sessão pública, e aos demais licitantes que poderão apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo para apresentação de memoriais, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, nesta Câmara sita à Avenida Major Antônio da Silveira, 395, Centro, Cabreúva – SP – CEP 13.315-000, e-mail: compras@camaracabreuva.sp.gov.br.

- 11.3. A falta de interposição de recurso importará a decadência do direito de recurso e o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.
- 11.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
- 11.5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.6. A adjudicação será feita pelo item único.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATAÇÕES

- 12.1. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Setor de Suprimentos.
- 12.2. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, o sujeitará à aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 12.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

- 12.4.** Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão fixos e irrevogáveis.
- 12.5.** A Câmara Municipal de Cabreúva poderá registrar Ata de Registro de Preços com mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que estes aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.
- 12.6.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a Câmara Municipal de Cabreúva poderá convocar os adjudicatários remanescentes na ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços e efetuar o fornecimento ao respectivo preço registrado nas seguintes hipóteses:
- 12.6.1.** Inexecução contratual pelo primeiro classificado por qualquer motivo e consequente cancelamento da Ata, inclusive em caso fortuito ou de força maior;
- 12.6.2.** Revisão de preços do primeiro classificado, quando o novo preço resultar superior ao do segundo classificado.
- 12.7.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços é vedado à Câmara Municipal de Cabreúva a participação em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;
- 12.8.** A existência de preço registrado não obriga a Câmara Municipal de Cabreúva a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurada à detentora da Ata de Registro de preços, preferência em igualdade de condições.
- 12.9.** A Câmara Municipal de Cabreúva não está obrigada a adquirir uma quantidade mínima dos produtos, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição.
- 12.10.** Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de preços as situações referidas no artigo 137 da Lei Federal 14.133/2021 e suas



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

alterações.

13. DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

- 13.1.** Homologada a licitação pela autoridade competente, quando da necessidade do objeto, a Câmara Municipal de Cabreúva, emitirá uma Autorização de Fornecimento/Contrato específica para o vencedor, visando o fornecimento/prestação de serviço do objeto desta licitação.
- 13.2.** A autorização de fornecimento será encaminhada por e-mail, podendo ser retirada diretamente na Câmara Municipal de Cabreúva, na Secretaria.
- 13.3.** A recusa injustificada do vencedor em receber a autorização de fornecimento, o sujeitará à aplicação das penalidades previstas em Edital.

14. DAS SANÇÕES

- 14.1.** Quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal N° 14.133/2021, sem prejuízo das multas previstas nos seguintes itens.
- 14.2.** A recusa injustificada da detentora em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Câmara Municipal de Cabreúva, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades:
- a)** Multa de 20% (vinte por cento) sobre a obrigação não cumprida; ou
 - b)** Pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.
- 14.3.** O atraso injustificado na entrega do objeto ou execução dos serviços, sem prejuízo do disposto no artigo 156 da Lei N° 14.133/2021, sujeitará a detentora a multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

- a)** Multa de 10% (dez por cento) até o 15° (décimo quinto) dia de atraso; e
- b)** Multa de 15% (quinze por cento) a partir do 16° (décimo sexto) dia de atraso até o 30° (trigésimo) dia de atraso.

Parágrafo único – a partir do 31° (trigésimo primeiro) dia estará caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, salvo disposição em contrário, em casos particulares, previstos no Edital ou contrato, sujeitando-se a aplicação de multa prevista no item 14.3.

14.4. Pela inexecução total ou parcial, da obrigação assumida, poderão ser aplicadas à detentora as seguintes penalidades:

- a)** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou
- b)** Multa correspondente a diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

14.5. O produto não aprovado deverá ser trocado dentro do prazo fixado pela Câmara Municipal de Cabreúva, que não excederá a 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da intimação.

Parágrafo único – Não realizada a troca dentro do prazo estipulado ensejará a aplicação da multa prevista no item 14.4, considerando-se a mora, nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido no item 13.5.

14.6. O pedido de prorrogação do prazo para a realização do serviço/entrega de material, somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente.

14.7. As multas referidas não impedem a aplicação de outras sanções previstas na lei N° 14.133/2021. Verificado que a obrigação foi cumprida com atraso injustificado ou caracterizada a inexecução parcial, a Câmara Municipal de Cabreúva reterá, preventivamente, o valor da multa dos eventuais créditos que a detentora tenha direito, até a decisão definitiva, assegurada a ampla defesa.



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

- 14.8.** No caso de a VENCEDORA estar em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensejará a imediata rescisão desta Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.
- 14.9.** No caso de a VENCEDORA estar em situação de recuperação extrajudicial, o descumprimento do plano de recuperação ensejará a imediata rescisão desta Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

15. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

- 15.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, por meio eletrônico, na forma do edital, podendo também este ser formalizado por meio de requerimento endereçado a(s) Autoridade(s) subscritoras(s) do Edital, na Câmara Municipal de Cabreúva, à Avenida Major Antônio da Silveira, 395, Centro, em Cabreúva – SP - CEP 13.315-000, das 9h00 às 16h00 horas, podendo ainda ser efetuado através do e-mail compras@camaracabreuva.sp.gov.br.

15.1.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em no sistema BBMNET (www.bbmnetlicitacoes.com.br), no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.1.2. Na elaboração da resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento, o pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, bem como à Procuradoria-Geral da Câmara Municipal de Cabreúva.

15.1.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

- 15.2.** As dúvidas a serem esclarecidas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.

16.DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO

- 16.1.** As condições de execução dos serviços e pagamento estão dispostas na **Minuta de Ata de Registro de Preço** e no **Termo de Referência**, que integram este Edital como anexos.

17.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 17.1.** Obriga-se a Contratada a manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 17.2.** A Contratada compromete-se a executar o objeto de contrato segundo as especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências deste edital;

18.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1.** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;
- 18.2.** É facultado ao pregoeiro, ou à Autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 18.3.** Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

desclassificação/inabilitação.

- 18.4.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 18.5.** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.6.** As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação.
- 18.7.** Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.
- 18.8.** A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.
- 18.9.** Não cabe à Bolsa Brasileira de Mercadorias qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.
- 18.10.** O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Cabreúva.
- 18.11.** O Pregoeiro atenderá aos interessados no horário das 9h00 às 12h00, de segunda a sexta feira, exceto feriados, na Secretaria da Câmara Municipal de Cabreúva, para melhores esclarecimentos a respeito do presente Edital;
- 18.12.** A documentação apresentada para fins de habilitação da empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente;
- 18.13.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

- 18.14.** Os casos omissos neste Edital, serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

Cabreúva, 26 de abril de 2024.

KELLY CRISTINA PINHEIRO
Pregoeira



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo 008/2024

Pregão Eletrônico 001/2024

1. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente termo a AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA MÁQUINAS DE CAFÉ E BEBIDAS QUENTES LOCADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA, conforme especificado no subitem a seguir:

1.2. Das especificações e quantitativos mínimos do objeto:

Item	CATMAT	Descrição	Un. Medida	Quantidade
01	463568	Café liofilizado gourmet 100% arábica - pacote 500gr	PCT	39
02	463569	Cappuccino sabor avelã - pacote 1kg	PCT	104
03	463569	Cappuccino sabor canela - pacote 1kg	PCT	104
04	463569	Cappuccino sabor vanilla - pacote 1kg	PCT	104
05	463555	Chocolate em pó - pacote 1kg	PCT	312
06	446019	Leite em pó integral - pacote 1kg	PCT	156
07	236619	Chá sabor limão - pacote 1kg	PCT	68
08	233887	Chá sabor frutas vermelhas - pacote 1kg	PCT	68
09	278818	Chá sabor pêssego - pacote 1kg	PCT	68

1.3. Os insumos descritos no item 1.1 serão utilizados nas máquinas de café modelos Rubi e Jade da empresa fabricante Vend;

1.4. O prazo para entrega dos materiais será de 15 (quinze) dias após a emissão da ordem de fornecimento emitida por esta Câmara Municipal;

1.5. O local para a entrega será a Câmara Municipal de Cabreúva localizada na



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

Av. Major Antônio da Silveira Camargo, 395 – Centro – CEP 13315-005 – Cabreúva – SP;

1.6. Nos preços propostos deverão estar inclusos todas as despesas com produtos, transportes, carga, descarga, impostos e demais despesas.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A presente contratação está fundamentada na Lei 14.133/2021, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

2.2. A modalidade de compra adotada será Pregão Eletrônico;

2.3. Foi realizada pesquisa de preço com fornecedores do ramo que apresentou o valor global médio de R\$ 61.974,70 (sessenta e um mil, novecentos e setenta e quatro reais e setenta centavos);

2.4. Justifica-se a obtenção dos materiais descritos no item 1.1 para a utilização das máquinas de bebidas quentes locadas através do Processo Administrativo 048/2023, Dispensa de Licitação 051/2023, trata-se da locação anual de três máquinas de café e bebidas quentes.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Conforme Estudo Técnico Preliminar que integra este processo, a aquisição de insumos para máquinas de café e bebidas quentes atenderá da melhor forma todos os visitantes desta Casa de Leis;

3.2. Os mesmos estão descritos na tabela acima com seus detalhes e quantitativos, após realização de levantamento de estoque e planejamento de uso durante o exercício de 2024.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. É requisito para esta contratação a comprovação das habilitações jurídica, fiscal, social e trabalhista constantes no Estudo Técnico Preliminar e Edital de Pregão Eletrônico.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1. A entrega dos materiais descritos no item 1.1 será solicitada por meio da emissão de ordem de fornecimento, assim definido como documento utilizado pela



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

Administração para a solicitação, que deverão ser entregues de forma única no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão realizados em até 15 (quinze) dias úteis após a entrega de cada pedido gerado, referente à ATA de Registro de Preços, sendo necessária a emissão da Nota Fiscal que deverá ser devidamente atestada pela Administração. O pagamento será através de boleto ou depósito/transferência em conta bancária indicada pelo fornecedor;

6.2. A emissão da fatura, ou documento equivalente, emitida nos moldes exigidos pela legislação pertinente, devidamente preenchida, contendo a discriminação do objeto, são condições imprescindíveis ao pagamento.

7. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

7.1. O julgamento das propostas desta contratação será pelo critério MENOR PREÇO GLOBAL.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

8.1. O custo total estimado para a contratação é de R\$ 61.974,70 (sessenta e um mil, novecentos e setenta e quatro reais e setenta centavos), apurado através da realização de pesquisa de preço com fornecedores do ramo.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos seguintes recursos: 01.02.01.031.7005.2039.339030.01.1100000 – MATERIAL DE CONSUMO;

Aprovo o presente termo de referência em conformidade com o artigo 6º, inciso XXIII, da Lei de Licitações e Contratos – 14.133/2021.

Cabreúva, 01 de abril de 2024.

EDUARDO ANTONIO DE OLIVEIRA

Vereador – Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresário);
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
- 1.5. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando assim o exigir.
- 1.6. As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº. 123/06 deverão firmar DECLARAÇÃO.
 - 1.6.1. Os microempresários individuais, por serem dispensados de apresentar Certidão expedida pela Junta Comercial, deverão apresentar o certificado de Condição de Microempreendedor Individual; Os Microempresários Individuais deverão comprovar o ramo de atividade compatível mediante a apresentação do Certificado da Condição de Microempresário Individual;

2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- 2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

2.3. Prova de regularidade fiscal emitida pelas Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

2.3.1. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Fazenda Municipal;

2.3.2. Certidão de Regularidade do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Fazenda Estadual ou Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado respectivo, ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;

2.3.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

2.3.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

2.3.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, emitida com base do artigo 642-A da Consolidação das Leis Trabalho – CLT e inciso III do artigo 62 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e na Resolução n.º 1.470 de 2011 do Tribunal Superior do Trabalho, alteradas pelos Atos TST.GP n.º 772/2011 e n.º 01/2012.

OBSERVAÇÃO:

a) Poderão ser apresentadas CERTIDÕES POSITIVAS COM EFEITOS DE NEGATIVA, conforme artigo 206 do Código tributário Nacional (Lei N° 5.172 de 25 de outubro de 1966).

b) as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (Art. 43 §1º Lei complementar nº 147/14).

- A não regularização da documentação, no prazo previsto no item acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para o fornecimento do objeto, ou revogar a licitação.

3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

3.1. Apresentação de certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a 90 (noventa) dias da data prevista para a apresentação dos envelopes;

3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei (artigo 69, I da Lei Federal n.º 14.133/2021). O documento deverá conter as assinaturas dos sócios, do Contador responsável e deverá se referir ao último exercício com os respectivos registros na JUCESP ou Cartório de Registro de Títulos e documentos, inclusive com seu Termo de Abertura e Encerramento, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

3.3. A verificação da boa situação financeira do licitante será feita mediante a apuração de três indicadores contábeis, demonstrados através dos Índices de Liquidez Corrente, Liquidez Geral e do Endividamento, conforme abaixo:

LC = AC/PC igual ou superior a 1,00;

LG = (AC+RLP)/(PC+ELP) igual ou superior 1,00 IE = (PC+ELP)/AT menor ou igual a 0,80

A solicitação de indicadores contábeis para análise da capacidade econômica das empresas participantes deste processo licitatório se faz pela necessidade de aferir a dependência econômica da empresa perante o capital de terceiros. Visto que na medida em que essa relação se aproxima, ou seja, o montante de capital próprio e de terceiro passa a ser equivalente (índice de



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

endividamento igual a 1), a saúde da empresa está comprometida. No caso de fornecimento de vale alimentação, a insolvência da empresa levaria ao colapso absoluto do serviço contratado: a empresa não poderia pagar os estabelecimentos cadastrados, o que deixariam de aceitar os vale alimentação, prejudicando os trabalhadores beneficiados. Portando de acordo com decisões proferidas pelo TCE/SP em objetos de gerenciamento de vale-alimentação, determinou-se um índice de 0,8 devido a realidade das empresas desse segmento. Para orientação, estamos citando duas decisões como exemplo TC 002525/989-01 e 003210.989.14-01.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. Prova de aptidão para o fornecimento de materiais/prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de Atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome do licitante, e que indique expressamente o fornecimento compatível com o objeto desta licitação.

4.1.1. Entende-se por compatíveis o(s) atestados(s) que comprove(m) capacidade de fornecimento de 50% (cinquenta por cento) da execução pretendida (nos termos da súmula n.º 24 do TCE/SP).

5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

5.1. Declaração subscrita por representante legal do licitante, elaboradas em papel timbrado conforme modelo mostrado no ANEXO III deste Edital atestando:

- a)** a empresa não se encontra inidônea para licitar ou contratar, com a Administração Pública, conforme Súmula nº 51 do TCE/SP.
- b)** a empresa não se encontra impedida nem suspensa de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal de Cabreúva, conforme Súmula nº 51 do TCE/SP.
- c)** se sujeita plenamente às condições do edital e às premissas preconizadas pela comissão de licitação, e nem a superveniência de fato impeditivo da Habilitação.
- d)** a inexistência de fato impeditivo à nossa Habilitação no certame acima citado.
- e)** nos termos do inciso VI, do Art. 68, da Lei Federal nº 14.133/2022, não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, deste modo, nossa empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho,



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Art. 7º, da Constituição Federal.

f) concordamos com as condições e obrigações citadas no edital.

g) se compromete a manter durante a execução do contrato todas as condições de Habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do inciso XVI do Art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021

h) Declaramos ainda, sob as penas da lei, que na qualidade de licitante de procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024, instaurado pela Câmara Municipal de Cabreúva, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

- Para o caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura da Ata de Registro de Preços deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador-judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: está ciente de que no momento da assinatura da Ata de Registro de Preços deverá apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos deverão estar em plena vigência, ficando, porém, a critério do Pregoeiro solicitar as vias originais de quaisquer dos documentos, caso haja constatação de fatos supervenientes.

6.2. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

6.3. A falta de quaisquer dos documentos mencionados, ou a apresentação dos mesmos em desacordo com o presente edital, implicará na inabilitação do licitante.



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

- 6.4.** A licitante deverá apresentar os documentos correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual pretende firmar o contrato.
- 6.5.** É vedada a mesclagem de documentos de estabelecimentos diversos, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos em nome da matriz e, válidos para todas as suas filiais.
- 6.6.** Poderão ser apresentadas Certidões Positivas com Efeitos de Negativa, conforme Artigo 206 do Código Tributário Nacional (Lei N° 5.172 de 25 de outubro de 1966).
- 6.7.** Todas as certidões e documentos devem ser apresentados, na forma da Lei dentro do prazo de validade fixado nos documentos oficiais, ou de 90 (noventa) dias a contar da expedição dos mesmos, caso não estipulem qualquer prazo de validade.
- 6.8.** Em atendimento ao disposto no Capítulo V da Lei Complementar N° 123 de 14/12/06 e alterações na Lei N° 147 de 07/08/14, serão observados os seguintes procedimentos:
- a)** As Microempresas, empresas de Pequeno Porte e Microempresário Individual (MEI), por ocasião da habilitação, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
 - b)** Havendo alguma restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for homologado o certame, para regularização da documentação.
 - c)** A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da lei 8.666/93, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 6.9.** Não será aceito a substituição de documentos de habilitação por protocolo de requerimento da certidão.



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

ANEXO III

À Câmara Municipal de Cabreúva

Senhores

Ref.: Pregão Eletrônico N° 001/2024

Processo Administrativo N° 008/2024

Objeto: _____

A empresa (razão social) _____, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, inscrição estadual nº _____, inscrição municipal nº _____, com sede _____ (endereço completo), na cidade de _____, Estado de _____, neste ato representada pelo seu _____ (qualificação completa do responsável, nos termos do contrato social), residente e domiciliado na _____, na cidade de _____, Estado de _____, atendendo as formalidades constantes do edital completo do Pregão Eletrônico N° 001/2024, DECLARAMOS, sob as penas das leis, para os devidos fins de direito, que:

- 1) a empresa citada acima, não se encontra inidônea para licitar ou contratar, com a Administração Pública, conforme Súmula nº 51 do TCE/SP.
- 2) a empresa citada acima, não se encontra impedida nem suspensão de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal de Cabreúva, conforme Súmula nº 51 do TCE/SP.
- 3) se sujeita plenamente às condições do edital e às premissas preconizadas pela comissão de licitação, e nem a superveniência de fato impeditivo da Habilitação.
- 4) a inexistência de fato impeditivo à nossa Habilitação no certame acima citado.
- 5) nos termos do inciso VI, do Art. 68, da Lei Federal nº 14.133/2022, não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, deste modo, nossa empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Art. 7º, da Constituição Federal.
- 6) concordamos com as condições e obrigações citadas no edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

- 7) se compromete a manter durante a execução do contrato todas as condições de Habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do inciso XVI do Art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021
- 8) Declaramos ainda, sob as penas da lei, que na qualidade de licitante de procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024, instaurado pela Câmara Municipal de Cabreúva, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

(Local) _____, _____ de _____ de 2024.

(assinatura) Nome; RG. nº; CPF. nº; Cargo;

Obs. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

ANEXO IV

Pregão Eletrônico 001/2024
Processo Administrativo 008/2024

Item	Descrição	Un. Medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	Café liofilizado gourmet 100% arábica - pacote 500gr	PCT	39		
02	Cappuccino sabor avelã - pacote 1kg	PCT	104		
03	Cappuccino sabor canela - pacote 1kg	PCT	104		
04	Cappuccino sabor vanilla - pacote 1kg	PCT	104		
05	Chocolate em pó - pacote 1kg	PCT	312		
06	Leite em pó integral - pacote 1kg	PCT	156		
07	Chá sabor limão - pacote 1kg	PCT	68		
08	Chá sabor frutas vermelhas - pacote 1kg	PCT	68		
09	Chá sabor pêssego - pacote 1kg	PCT	68		

Valor Total Global R\$_____().

A) Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (Edital);



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

- B) Declaramos que estamos sob regime de Tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014¹;
- C) A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do pregão;
- D) Declaramos conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

¹ Somente na hipótese de o licitante ser microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

ANEXO V

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO 001/2024

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA MÁQUINAS DE CAFÉ E BEBIDAS QUENTES LOCADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS XXX/2024

Às **XX:XX** horas do dia **XX** de **XXX** de 2024, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelas portarias 008 e 009 de 14 de março de 2024, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, referente ao Processo Administrativo nº 008/2024, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 001/2024. Modo de disputa: Aberto. Objeto: FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA MÁQUINAS DE CAFÉ E BEBIDAS QUENTES LOCADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Lote 01:

Item	Descrição	Un. Medida	Quantidade
01	Café liofilizado gourmet 100% arábica - pacote 500gr	PCT	39
02	Cappuccino sabor avelã - pacote 1kg	PCT	104
03	Cappuccino sabor canela - pacote 1kg	PCT	104
04	Cappuccino sabor vanilla - pacote 1kg	PCT	104
05	Chocolate em pó - pacote 1kg	PCT	312



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

06	Leite em pó integral - pacote 1kg	PCT	156
07	Chá sabor limão - pacote 1kg	PCT	68
08	Chá sabor frutas vermelhas - pacote 1kg	PCT	68
09	Chá sabor pêssego - pacote 1kg	PCT	68

Aceito para: XXXXXX, pelo melhor lance global para o lote de R\$ XXX,XX e a quantidade total de 1023 (hum mil e vinte e três) pacotes.

A presente Ata tem valor total estimado de R\$ XXX,XX (XXXX).

1. DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO

1.1 - A DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, por força do presente ajuste, se obriga a fornecer, quando verificada a necessidade pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, os seguintes produtos:

Item	Descrição	Un. Medida	Quant	Valor Unitário	Valor Total
01	Café liofilizado gourmet 100% arábica - pacote 500gr	PCT	39		
02	Cappuccino sabor avelã - pacote 1kg	PCT	104		
03	Cappuccino sabor canela - pacote 1kg	PCT	104		
04	Cappuccino sabor vanilla - pacote 1kg	PCT	104		
05	Chocolate em pó - pacote 1kg	PCT	312		
06	Leite em pó integral - pacote 1kg	PCT	156		
07	Chá sabor limão - pacote 1kg	PCT	68		
08	Chá sabor frutas vermelhas - pacote 1kg	PCT	68		



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

09	Chá sabor pêssego - pacote 1kg	PCT	68		
----	--------------------------------	-----	----	--	--

2. DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Constituem parte integrante desta Ata de Registro de Preços, estando a ela vinculados, como se nesta estivessem transcritos, os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2024;
- b) Termo de Referência;
- c) Proposta de Preços.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura;

3.1.1. Poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

3.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas;

3.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador não será obrigado a firmar contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições;

3.3. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão fixos e irrevogáveis durante sua vigência.

4. PRAZO E CONDIÇÕES PARA ENTREGA DO(S) PRODUTOS

4.1. A detentora obriga-se a fornecer o objeto desta licitação, conforme especificações e condições estabelecidas neste edital, em seus Anexos e na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições estabelecidas no instrumento convocatório;

4.2. Correrão por conta da DETENTORA as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como embalagens, seguro, transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e a entrega deverá ocorrer sem prejuízo dos serviços normais da Câmara Municipal de Cabreúva.



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

4.3. O prazo de entrega será de até 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da Ordem de serviço/fornecimento.

4.3.1. Eventual pedido de prorrogação deverá ser protocolado, antes do vencimento do prazo de entrega, devidamente justificado pela DETENTORA, para ser submetido à apreciação superior.

4.4. O objeto deverá ser entregue observando-se as seguintes condições:

- a) Local de Entrega: Câmara Municipal de Cabreúva localizada na Av. Major Antônio da Silveira Camargo, 395 – Centro – CEP 13315-005 – Cabreúva – SP;
- b) Dias e horários: de segunda a sexta feira das 08h às 16h

4.5. Constatadas irregularidades no objeto entregue, a Câmara Municipal de Cabreúva, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

- a) Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do ANEXO I – termo de Referência, determinando sua substituição/correção;
- b) Determinar sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes;
- c) As irregularidades deverão ser sanadas pela DETENTORA, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento por ela da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado;
- d) O recebimento não exime a DETENTORA de sua responsabilidade, na forma da lei, pela qualidade, correção e segurança dos produtos entregues.

4.6. A DETENTORA em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitada pela Câmara Municipal de Cabreúva e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador-judicial, comunicar imediatamente, por escrito, à Câmara Municipal de Cabreúva.

5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será feito à CONTRATADA até o 10º (décimo) dia útil do mês seguinte ao da prestação dos serviços, após o atesto pelo Gestor do Contrato, na nota fiscal fatura/serviço;

5.2. A nota fiscal fatura serviço deverá estar acompanhada do termo de recebimento e de entrega do veículo, referente ao mês do faturamento, devidamente assinado pelo responsável pelo recebimento e pela entrega do



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

veículo à CONTRATADA;

- 5.3.** A Câmara Municipal de Cabreúva terá o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da apresentação da Nota Fiscal/Fatura para aceitá-la ou rejeitá-la;
- 5.4.** A emissão da fatura, ou documento equivalente, emitida nos moldes exigidos pela legislação pertinente, devidamente preenchida, contendo a discriminação do objeto, são condições imprescindíveis ao pagamento;
- 5.5.** A Câmara Municipal de Cabreúva solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura;
 - 5.5.1.** Na hipótese da fatura não ser condizente com a solicitação, fora das especificações exigidas, em condições diferentes daquelas apresentadas na proposta, ou não estar instruída com a solicitação acima citada, o prazo para pagamento somente começará a fruir após a sua substituição;
 - 5.5.2.** A devolução da Nota Fiscal/Fatura não aprovada pela Câmara Municipal de Cabreúva em hipótese alguma servirá de pretexto para que a empresa suspenda os fornecimentos;
- 5.6.** Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA indicada na proposta;
- 5.7.** Caso o dia de pagamento coincida com sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária ou reajuste;
- 5.8.** Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza;
- 5.9.** No caso da DETENTORA em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador-judicial, ou se o administrador-judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial;
- 5.10.** No caso da DETENTORA em caso de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial;
- 5.11.** No caso do CONTRATANTE atrasar os pagamentos, estes serão



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

atualizados financeiramente pelo índice econômico oficial do Município de Cabreúva;

6. SANÇÕES

- 6.1.** Quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal N° 14.133/2021, sem prejuízo das multas previstas nos seguintes itens.
- 6.2.** A recusa injustificada da detentora em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Câmara Municipal de Cabreúva, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades:
- I. Multa de 20% (vinte por cento) sobre a obrigação não cumprida; ou
 - II. Pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.
- 6.3.** O atraso injustificado na entrega do objeto ou execução dos serviços, sem prejuízo do disposto no artigo 156 da Lei N° 14.133/2021, sujeitará a detentora a multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:
- I. Multa de 10% (dez por cento) até o 15° (décimo quinto) dia de atraso; e
 - II. Multa de 15% (quinze por cento) a partir do 16° (décimo sexto) dia de atraso até o 30° (trigésimo) dia de atraso.
- 6.3.1.** A partir do 31° (trigésimo primeiro) dia estará caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, salvo disposição em contrário, em casos particulares, previstos no Edital ou contrato, sujeitando-se a aplicação de multa prevista no item 6.4.;
- 6.4.** Pela inexecução total ou parcial, da obrigação assumida, poderão ser aplicadas à detentora as seguintes penalidades:
- I. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou
 - II. Multa correspondente a diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.
- 6.5.** O produto não aprovado deverá ser trocado dentro do prazo fixado pela Câmara Municipal de Cabreúva, que não excederá a 05 (cinco) dias úteis,



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

contados do recebimento da intimação

- 6.5.1.** Não realizada a troca dentro do prazo estipulado ensejará a aplicação da multa prevista no item 6.4, considerando-se a mora, nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido no item 6.5;
- 6.6.** O pedido de prorrogação do prazo para a realização do serviço/entrega de material, somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente;
- 6.7.** As multas referidas não impedem a aplicação de outras sanções previstas na lei N° 14.133/2021. Verificado que a obrigação foi cumprida com atraso injustificado ou caracterizada a inexecução parcial, a Câmara Municipal de Cabreúva reterá, preventivamente, o valor da multa dos eventuais créditos que a detentora tenha direito, até a decisão definitiva, assegurada a ampla defesa;
- 6.8.** No caso de a DETENTORA estar em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensejará a imediata rescisão desta Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais;
- 6.9.** No caso de a DETENTORA estar em situação de recuperação extrajudicial, o descumprimento do plano de recuperação ensejará a imediata rescisão desta Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

INTEGRAM A PRESENTE ATA PARA TODOS OS FINS: O Edital, a proposta da empresa vencedora e a Ata de sessão do Pregão Eletrônico.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Cabreúva, XX de XXXX de 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA
EDUARDO ANTONIO DE OLIVEIRA
Vereador-Presidente

XXXXX
Sócio-Administrador
XXXXX

TESTEMUNHAS:



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

XXXXX

XXXXX

RG nº

RG nº

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____

DETENTORA: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

consequente publicação;

- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO
DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DA ATA/CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Retificação

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de insumos para máquinas de café e bebidas quentes locadas pela Câmara Municipal de Cabreúva:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
1	Café liofilizado gourmet 100% arábica - pacote 500gr	PCT
2	Cappuccino sabor avelã - pacote 1kg	PCT
3	Cappuccino sabor canela - pacote 1kg	PCT
4	Cappuccino sabor vanilla - pacote 1kg	PCT
5	Chocolate em pó - pacote 1kg	PCT
6	Leite em pó integral - pacote 1kg	PCT
7	Chá sabor limão - pacote 1kg	PCT
8	Chá sabor frutas vermelhas - pacote 1kg	PCT
9	Chá sabor pêssgo - pacote 1kg PCT 5	PCT

1.2. Estimativa de consumo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Café liofilizado gourmet 100% arábica - pacote 500gr	PCT	39
2	Cappuccino sabor avelã - pacote 1kg	PCT	104
3	Cappuccino sabor canela - pacote 1kg	PCT	104



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

4	Cappuccino sabor vanilla - pacote 1kg	PCT	10
5	Chocolate em pó - pacote 1kg	PCT	312
6	Leite em pó integral - pacote 1kg	PCT	156
7	Chá sabor limão - pacote 1kg	PCT	68
8	Chá sabor frutas vermelhas - pacote 1kg	PCT	68
9	Chá sabor pêssego - pacote 1kg PCT 5	PCT	68

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.** A Aquisição dos insumos descritos nos itens 1.1 e 1.2 será necessária para a pela utilização das máquinas de bebidas quentes locadas através do Processo Administrativo 048/2023, Dispensa de Licitação 051/2023, trata-se da locação anual de três máquinas de café e bebidas quentes;
- 2.2.** Conforme informações da empresa locadora, uma vez que não temos histórico de consumo, estamos estimando uma quantidade de insumos suficientes para 13 (treze) meses, uma vez que, por se tratar de primeira locação dos equipamentos, não possuímos histórico de consumo dos materiais nesta Câmara Municipal;
- 2.3.** É importante destacar que os insumos solicitados serão utilizados nas máquinas de café modelos Rubi e Jade da empresa fabricante Vend.

3. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Cabreúva	Benito Ferrúcio Marchiori Júnior

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

4.1. É requisito para esta contratação a comprovação das habilitações jurídica, fiscal, social e trabalhista, que serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

4.1.1. Habilitação Jurídica:

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresário);
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando assim o exigir.
- f) As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº. 123/06 deverão firmar DECLARAÇÃO.
 - Os microempresários individuais, por serem dispensados de apresentar Certidão expedida pela Junta Comercial, deverão apresentar o certificado de Condição de Microempreendedor Individual; Os Microempresários Individuais deverão comprovar o ramo de atividade compatível mediante a apresentação do Certificado da Condição de Microempresário Individual;

4.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou CPF em se tratando de pessoa física não empresário;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade fiscal emitida pelas Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
- d) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Fazenda Municipal;



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

- e) Certidão de Regularidade do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Fazenda Estadual ou Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado respectivo, ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;
- f) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.461/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011;

4.2. Os documentos referidos nos itens imediatamente anteriores poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

4.3. Poderão ser apresentadas CERTIDÕES POSITIVAS COM EFEITOS DE NEGATIVA, conforme artigo 206 do Código tributário Nacional (Lei Nº 5.172 de 25 de outubro de 1966).

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Considerando que não possuímos histórico de consumo dos materiais solicitados, estamos utilizando informações do fornecedor das máquinas locadas;

5.2. Observamos que o objeto demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado;

5.2.1. Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa que forneça insumos que poderão ser utilizados nas máquinas de café modelos Rubi e Jade da empresa fabricante Vend;



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

5.2.2. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa;

5.2.3. Considerando que a quantidade solicitada é estimada para 13 (treze) meses e que estamos nos baseando em informações do fornecedor, os insumos serão suficientes para o consumo por um período de 12 (doze) meses.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução encontrada para a aquisição de insumos para máquinas de café e bebidas quentes é o [Registro de Preços através de Pregão Eletrônico](#), haja vista a conveniência do fornecimento do objeto com previsão de serem de forma parcelados conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários;

6.2. A quantidade solicitada será suficiente para o consumo desta Casa de Leis por um período de 12 (doze) meses.

7. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

7.1. A estimativa das quantidades demandadas se deu pela informação do fornecedor das máquinas locadas, considerando que o pacote é a unidade de medida mais vantajosa para esta aquisição:

IT E M	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Café liofilizado gourmet 100% arábica - pacote 500gr	PCT	39



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

2	Cappuccino sabor avelã - pacote 1kg	PCT	104
3	Cappuccino sabor canela - pacote 1kg	PCT	104
4	Cappuccino sabor vanilla - pacote 1kg	PCT	10
5	Chocolate em pó - pacote 1kg	PCT	312
6	Leite em pó integral - pacote 1kg	PCT	156
7	Chá sabor limão - pacote 1kg	PCT	68
8	Chá sabor frutas vermelhas - pacote 1kg	PCT	68
9	Chá sabor pêssego - pacote 1kg PCT 5	PCT	68

8. ESTIMATIVA DE PREÇOS

8.1. Para a consecução deste objeto foi realizado Levantamento de Preços com fornecedores do ramo, o que resultou no custo médio total de R\$ 61.974,70 (sessenta e um mil, novecentos e setenta e quatro reais e setenta centavos).

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. O parcelamento dos itens não se mostra uma opção viável. Levando em consideração o mercado fornecedor, não é verificado o benefício do parcelamento da contratação, pois este levaria a perda de escala e não mostra um melhor aproveitamento do mercado e nem a ampliação da competitividade.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

10.1. A Casa Legislativa possui todos os seus departamentos abrigados em um mesmo endereço, e possui um único centro de compras, de modo que é



CÂMARA MUNICIPAL DE CABREÚVA

possível assegurar com certeza absoluta a inexistência de contratações correlatas ou interdependentes que possam interferir na futura contratação.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

- 11.1.** Conveniência do fornecimento do objeto com previsão de serem de forma parcelados conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários;
- 11.2.** Atender da melhor forma todos os visitantes desta Casa de Leis;
- 11.3.** No que pertine ao desenvolvimento nacional, neste aspecto, especificamente da contratação, tem-se que as empresas que participarão da licitação, nos termos da legislação atual, possuem base territorial no Brasil. Além do mais, o quantitativo a ser adquirido pela Câmara Municipal de Cabreúva repercutirá na receita da empresa vencedora, promovendo o desenvolvimento econômico e sustentável.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

- 12.1.** Não há previsão de impactos ambientais.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA SOLUÇÃO

- 13.1.** A contratação pretendida mostra-se viável, atende adequadamente à demanda formulada e às diretrizes legais, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, inexistindo riscos.

Cabreúva, 26 de abril de 2024.

Marilande Rodrigues de Siqueira Medeiros

Assistente Administrativa